



RODOLFO WALSH: LITERATURA, POLÍTICA E ACONTECIMENTO NA SEGUNDA DÉCADA INFAME*

Marcos Gonçalves**

Universidade Federal do Paraná - UFPR

paideia_mg@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho aproxima-se da obra do escritor argentino Rodolfo Walsh (1927-1977) mediante a contextualização de dois textos clássicos de sua autoria: *Operación masacre* (1957) e *Caso Satanowsky* (1958). Além de definirem uma gradual transformação na escrita de Walsh, ambos sinalizam para uma compreensão histórica que o autor desenvolve sobre a sociedade argentina na década de 1950, submetida à criminalização e corrupção do poder político.

PALAVRAS-CHAVE: Rodolfo Walsh – Literatura e política – Operación massacre – Caso Satanowsky.

RODOLFO WALSH: LITERATURE, POLITICS AND EVENTS IN THE SECOND INFAMOUS DECADE

ABSTRACT: This paper approaches the work of the Argentinean writer Rodolfo Walsh (1927-1977) through the contextualization of two classic texts of his: *Operación masacre* (1957) and *Caso Satanowsky* (1958). Besides defining a gradual transformation within Walsh's writing, both texts point to a historical understanding developed by the author concerning the Argentinean society in the fifties, which was submitted to criminality and corruption of the political power.

KEY-WORDS: Rodolfo Walsh – Literature and politics – Operación Masacre – Caso Satanowsky.

Sus restos, aún hoy, permanecen
desaparecidos.

Joaquín Fernández, *Rodolfo Walsh, Entre el
combate y el verbo*, 2012.

* O artigo apresentado resulta de minha comunicação, sob mesmo título, na IX Semana Nacional de História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Política, Conflitos e Identidades na Modernidade – Simpósio Temático “Culturas Políticas e Textos Literários”, realizado de 20 a 24 de outubro de 2014

** Doutor em História. Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná.

Na última década e meia observou-se notável crescimento dos estudos relacionados à trajetória intelectual, política e pessoal do escritor argentino Rodolfo Walsh (1927-1977), assassinado por uma força de tarefa da ditadura militar em 25 de março de 1977. Adensadas biografias intelectuais reconstróem seu papel em vários âmbitos de atuação: como pioneiro no gênero do jornalismo investigativo, na organização de Prensa Latina em Cuba imediatamente revolucionária; no período que participou da guerrilha Montoneros mergulhando na clandestinidade; Walsh continua a representar um enigma e tema potencial para os intérpretes contemporâneos a ele e para historiadores da literatura.¹ Salvo uma análise mais detida e rigorosa, no Brasil, Walsh foi pouco traduzido até o momento. Dentro da primeira década do século XXI, suas obras em português resumem-se a três volumes de coletâneas de contos e ao clássico *Operação massacre*, diga-se, uma parte insignificante em termos quantitativos, diante da grandeza e profundidade de suas narrativas.

Na profusão de materiais produzidos sobre as várias fases de sua vida, tendem a sobressair depoimentos de companheiros de militância política que dimensionam a vida do autor, e, por consequência, sua obra, recobertas por uma variante predominantemente ideológica. Ricardo Piglia recordou no Prólogo escrito à edição brasileira de *A máquina do bem e do mal* que as opções de Walsh foram muitas vezes usadas como marco demagógico de leituras distorcidas ou triviais.² Isto não significa desmerecer os testemunhos orais das pessoas que conviveram e atuaram com Walsh, tendo em vista que alguns relatos sistemáticos sobre o escritor foram organizados e extraídos a partir de tais fontes. A questão, a meu ver, se localiza em postular certo espírito de época não mais adequado para compreender a lógica da ação de Walsh, como se o passado não apenas banhasse, mas determinasse atitudes adotadas no presente por ex-companheiros de militância e de ofício intelectual.

¹ Respectivamente, e longe de exaurir a bibliografia, cito: JOZAMI, Eduardo. **Rodolfo Walsh, la palabra y la acción**. Buenos Aires: Edhasa, 2013, 373 p. LINK, Daniel. (Ed.). **Ese hombre y otros papeles personales**. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, 272 p. FERNÁNDEZ, Joaquín. **Rodolfo Walsh, Entre el combate y el verbo**. Buenos Aires: Ediciones Lea S. A., 2012, 125 p. ARROSAGARAY, Enrique. **Rodolfo Walsh en Cuba: Agencia Prensa Latina, militancia, ron y criptografía**. Buenos Aires: Catálogos, 2004, 254 p. SEOANE, María. **Rodolfo Walsh, la palabra no se rinde**. Buenos Aires. Fundación Octubre, 2007, 99 p. MONTERO, Hugo; PORTELA, Ignacio. **Rodolfo Walsh: Los años Montoneros**. Buenos Aires: Continente, 2010, 221 p.

² PIGLIA, Ricardo. Prólogo. In: WALSH, Rodolfo. **A máquina do bem e do mal e outros contos**. Tradução de Sérgio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2013, 231 p., p. 7.

O profundo interesse investigativo pela obra de Walsh demonstrado por autores como Daniel Link tem proporcionado a redescoberta e, mesmo, o resgate de textos que sofreram o sequestro pelos agentes da ditadura argentina. Na segunda edição de *Ese hombre y otros papeles personales*, Link destacou que grande parte dos papéis, arquivos, anotações e contos nos quais Walsh trabalhava foram roubados pelo grupo de tarefas que invadiu sua casa, em San Vicente, no mesmo dia do assassinato. Os textos foram, segundo as palavras de Link, “milagrosamente” resgatados da ESMA (Escuela de Mecánica de la Armada), que foi um dos centros de tortura e confinamento durante a ditadura. Ainda haveria, porém, uma grande lacuna somente superada por testemunhos orais sobreviventes dos anos walshianos, o que destoa, em parte, da opinião anteriormente assumida por Piglia. O trabalho de Link é, portanto, central para abordarmos as múltiplas e ricas faces da obra walshiana, porque, como destacou esse autor, a palavra de um grande escritor nunca é palavra morta. A tensão constitutiva da literatura de Walsh está na própria dialética fundante que estabeleceu com sua trajetória de vida. Em outras palavras, para Link, e, quiçá, para Walsh, não haveria separação possível entre a literatura e a vida.³

Do heterogêneo conjunto que compõe a obra de Walsh, alguns detalhes podem passar por menos importantes, como a atenção dada pelos seus textos ao contexto histórico no qual participou e o qual narrou. Bem como, ênfase menos pronunciada é atribuída à interpretação original sobre a concepção de poder político da sociedade argentina construída a partir de meados da década de 1950 e correspondente ao período de queda do peronismo. Inovador da narrativa de ficção policial e, de fato, ativamente envolvido no jornalismo de investigação desse período em diante, Rodolfo Walsh tem sido considerado, com plena razão, como arquétipo do intelectual absoluto; graças ao compromisso fundamental assumido nas causas que defendeu junto aos trabalhadores argentinos: como redator da imprensa da CGTA (Confederación General del Trabajo de los Argentinos) e na contundente devassa crítica que elaborou sobre o caráter criminal dos poderes.

Este trabalho tem como objetivo tocar a obra walshiana mediante a contextualização de dois textos clássicos e paradigmáticos do escritor: *Operação massacre*, publicado no ano de 1957 e *Caso Satanowsky*, cujas partes saíram no

³ LINK, Daniel. (Ed.). *Ese hombre y otros papeles personales*. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 6.

periódico *Mayoría* em 1958, e a publicação em forma de livro veio à luz somente em 1973.⁴ Para além do caráter investigativo ou jornalístico dessas obras, Walsh alcança, em primeiro lugar, uma dimensão compreensiva da história do seu presente e sob a hipótese que defendo, atua como historiador e não como provedor de informações. Destarte, o texto walshiano supera o primeiro limite que é a narrativa jornalística (denúncia, informação e difusão) e instaura outra cujo marco é definido pela apropriação histórica dos fatos, pela qual, tal processo parece sucumbir a uma verdade e a obsessão por saber o que é essa verdade e a decompô-la, adquire significado inédito. Walsh esquadrinha os meandros das atitudes de parte da elite política argentina que descobre corrompida, e assim procede, em muito inspirado nas metáforas, técnicas e estética da narrativa policial que dominava com maestria. Embora o interesse seja por traduzir experiências imediatas, Walsh devolve ao passado interrogações políticas que, de alguma forma, eram compartilhadas pela sociedade e cultura de sua época.

Tal série de argumentos faz acreditar que Walsh opera um cruzamento entre condições subjetivas e objetivas. Sem advogar a neutralidade, mas assumindo abertamente a causa das vítimas, Walsh situa-se no ponto de partida como observador externo aos fatos, e, gradativamente, no ponto de chegada, investe-se como sujeito histórico que vive e sofre os fatos colocando-se na pele de todos os outros sujeitos envolvidos. Walsh tende a superar, assim, o segundo limite: o aspecto propriamente formal da narrativa metamorfoseando, emocional e expressivamente, no objeto de sua investigação. Sua vida – que é sua obra – passa a pertencer mais aos outros do que a si mesmo.

Na primeira parte do texto discuto premissas que compõem o modelo de análise sobre o papel do intelectual, e sublinho as possíveis inserções de Walsh em relação a esse modelo. Ali, também justifico o emprego da expressão “segunda década infame” procurando sinalizar para uma reconstituição histórica descritiva e em sua dimensão política, da sociedade argentina no contexto em que se inscrevem específicas ações do trabalho intelectual de Rodolfo Walsh. Na segunda e última parte, articulo tal descrição com os dois textos que me servem de referência procurando tratá-los no âmbito de uma história que sintetiza os dilemas do intelectual que problematiza o seu

⁴ No presente artigo emprego as seguintes edições: WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 282 p. WALSH, Rodolfo. **Caso Satanowsky**. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, 268 p.

mundo e revela desencanto, mas longe está de presumir trégua ou desistência diante de um compromisso ético.

O INTELLECTUAL – UM MODELO PARA A “SEGUNDA DÉCADA INFAME”

As marcas tradicionais do engajamento intelectual foram desafiadas pela progressiva evasão do sujeito da atividade política. Esse processo rarefeito pode ser constatado por uma espécie de fluidez submetida ora ao ciclo anonimato-notoriedade-anonimato; ora pela diluição ou estilhaçamento das chamadas grandes causas em derivas ideológicas. Tais derivas assinalariam, para Helenice Rodrigues da Silva, apropriando-se de Bourdieu, o repensar sobre as mutações de um *habitus* intelectual diante do abandono de valores revolucionários. Em outras palavras, para Silva, sobretudo, a classe intelectual de esquerda busca formas de substituição ao engajamento, não mais em escolhas políticas mas humanitárias.⁵ Por sua vez, esses novos apelos tendem a produzir um novo modelo de intelectual não mais adstrito àquilo que a autora define como profetismo sartriano, mas voltado a um empenho em combinar saberes específicos e intervenções tópicas, como defendera Foucault, ainda na década de 1970. Em razão desses deslocamentos sucessivos, os grupos sociais que forjam seu discurso a partir de demandas inclusivas estariam fora da esfera de dependência de porta-vozes autorizados que se investiam dessa delegação. Tal aspecto, a meu ver, estabelece algum nexos, mesmo que oblíquo, com a noção de luta pelo reconhecimento social.

A partir da matriz original hegeliana pautada pelo respeito e reconhecimento intersubjetivo a chamada nova teoria crítica, interpreta as lutas sociais sob o seguinte prisma: novos movimentos sociais surgem em contraste bastante acentuado em relação a movimentos que cresceram e se institucionalizaram na primeira metade do século XX. Patrícia Mattos, uma das estudiosas da nova teoria crítica no Brasil, argumenta que os novos movimentos aparecem como reação aos paradigmas formalizados e reificados de enorme influência nas dimensões teórica e prática. Esse aspecto tem decisiva ressonância no (novo) papel atribuído ao trabalho intelectual porque representa um dos mais urgentes desafios diante da “pluralização de horizontes e politização de

⁵ SILVA, Helenice Rodrigues. **Fragments da história intelectual: Entre questionamentos e perspectivas.** Campinas: Papirus, 2002, 159 p., p. 136-137.

identidades culturais e étnicas” tanto da agenda política dos países centrais como dos países periféricos.⁶

Em análise traçada sobre as metodologias para apreensão da história dos intelectuais franceses, François Dosse reforçou, em parte, premissas encampadas por Silva e Mattos, estimando, também, as subjetividades que podem ser identificadas entre tomadas de posição públicas e privadas. Primeiro, a perda do sentido da noção de intelectual, vinculada a uma crise generalizada de compromisso e das pertenças partidárias, teve como efeito colocar em questão a postura de superioridade na qual se encastelava o intelectual, considerado como capaz de produzir um ponto de vista sobre o universal. Isto teria ocasionado o retorno do intelectual para si, mediante uma introspecção voluntária e pelo desfazimento dos ideais em um mundo no qual as identidades cada vez mais rapidamente se fragmentam para, num movimento inverso, serem (re)localizadas nas situações que lhe exigem pontos de vista imediatos. Segundo, e paradoxalmente, se pensarmos em termos de noção de engajamento como aquela que predomina na reconstituição de trajetórias intelectuais específicas, o impacto do acontecimento histórico sobre a vida intelectual se relaciona, segundo Dosse, a um fenômeno geracional. O autor acentua que, embora a noção de comunidade geracional, como aquela que comunga os valores gerais de uma época, não implica em unanimidade postulada entre os membros de uma geração, porque os acontecimentos cristalizam a idade do despertar político que resume a formulação de respostas plurais a perguntas comuns de um tempo compartilhado.⁷

Assim, o intelectual não cabe numa definição normativa ou substancialista, mas está sujeito a assumir numerosas identidades que coexistem num mesmo período histórico em regime de tensão e contradição. Em termos análogos, ainda que a configuração cultural nacional analisada por Dosse seja radicalmente distinta, e se para os franceses o modelo matricial de investigação da história intelectual é o acontecimento Dreyfus; a vida intelectual argentina dos anos 1950 passa por uma intensa reflexão sobre si e a uma reflexão sobre o poder a partir do esfacelamento do regime peronista. Com efeito, uma das perguntas formuladas à época era o que fazer

⁶ MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 15.

⁷ DOSSE, François. **La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual.** Traducción de Rafael F. Tomás Llopis. Valencia: Universitat de Valencia, 2006, 327 p., p. 46-47.

com o peronismo; ou, em outros termos, como criar mecanismos simbólicos de adesão e lealdade para as massas peronistas, então em disponibilidade?⁸ A queda de Perón em setembro de 1955, urdida por vários núcleos opositores e exaltados (militares, radicais, liberais, socialistas, católicos) significou uma decisiva inflexão nas atitudes políticas dos argentinos, levando a uma radicalização que somente seria superada na década de 1970, mediante uma quase guerra civil que culminará na instauração da ditadura militar mais sanguinária do século XX argentino.

Em 1955, a *Revolución libertadora*, foi o golpe encabeçado inicialmente pelo general Eduardo Lonardi, e depois conduzido por Pedro Eugenio Aramburu e Isaac Rojas e tinha como princípio chave a proscrição e erradicação do peronismo da cultura política argentina. Desde os sangrentos combates de 16 de junho, preâmbulo à deposição de Perón, com enfrentamentos de rua e bombardeios à Casa Rosada e à Plaza de Mayo que deixaram centenas de mortos, o governo chegou a propor uma conciliação que visava garantir o estado de legalidade e a participação mais efetiva das oposições sobre as demandas reivindicadas.⁹ No entanto, a consciência sobre certo esgotamento do modelo peronista cuja resposta era a crise econômica, aliada à intransigência vinda dos setores de classe média, da imprensa de referência e a conspiração militar finamente organizada impediu que o diálogo fosse levado adiante. Em setembro de 1955, mediante novos enfrentamentos civil-militares o período de nove anos de governo de Perón chegava ao fim. María Estela Spinelli assim traduziu a reação daqueles setores exultantes com a queda de Perón:

Después se produjo la imponente manifestación del “día de la libertad” que tuvo lugar en Buenos Aires y en la mayoría de las ciudades del país. Ésta reveló una composición social sustantivamente diferente del pueblo peronista que había vivido a Perón y a Evita. Reunió a una multitud eufórica de clase media que, dando cánticos patrióticos, portando escarapelas, pañuelos y banderas y arrojando flores a los héroes de la jornada, festejó su victoria. Durante los años de gobierno de la revolución libertadora, esta otra multitud – disciplinada, educada y bien vestida, antítesis de las multitudes revolucionarias que estudió George Rudé (1971), pero a las que seguramente algunos de sus participantes creyeron emular – volvió a

⁸ Tal questão é amplamente discutida no primeiro capítulo de: NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**. Tradução Vera Pereira. São Paulo: EdUSP, 1997, 242 p., p. 23-42.

⁹ Dentre as propostas de conciliação estava a convocatória de eleições para a reforma constitucional que visasse os artigos referidos às relações Igreja-Estado. O governo também reconhecia as limitações à liberdade individual, aduzindo que a “revolução peronista” havia finalizado e começava uma nova etapa de caráter constitucional. Cf. SPINELLI, María Stela. **Los vencedores vencidos: el antiperonismo y la “revolución libertadora”**. Buenos Aires: Biblos, 2005, 345 p., p. 44-45.

ocupar los lugares públicos de los que había sido desplazada por la muchedumbre obrera y popular del peronismo.¹⁰

A mesma questão de classe detectada por Spinelli compartilha Luis Fernando Beraza em seu texto sobre os nacionalismos argentinos, ao registrar um duplo clima de euforia e tristeza com a queda de Perón: “Los argentinos, exultantes, especialmente la clase media y alta, se congregaron en Plaza de Mayo para manifestar su alegría por la caída del régimen”.¹¹ A ascensão e protagonismo político dos trabalhadores industriais durante o decênio peronista coincidiu com o descontentamento de vários grupos de interesses da sociedade argentina e escancarou seus preconceitos. Representantes dos setores agrários, dos grandes capitais estrangeiros e a *vieja clase media* urbana viram revitalizados, após a queda de Perón, os sentimentos que lhes eram mais comuns e definiam sua posição de rede institucionalizada e hegemônica. Associado a esse horizonte, em 1958 foi apresentado aos argentinos o célebre *Libro negro de la segunda tiranía*, uma compilação de documentos com todas as ações que o governo provisório da libertadora empreendeu para o apagamento do peronismo da memória histórica. O Decreto lei 479, de 7 de outubro de 1955 do governo provisório criou a Comisión Nacional de Investigaciones, cujo propósito era saber como “y hasta dónde se había realizado su obra destructora [do peronismo], señalar sus propósitos, sus cómplices y colaboradores, sus métodos de corrupción y propaganda, etc.”.¹² No documento abundam as desqualificações do regime deposto, e mais ainda, do líder proscrito. Perón, entre tantos adjetivos, é visto como ególatra e narcisista, mas na sua retórica jamais empregava o “eu”. Desse modo, realizava-se politicamente como um cínico:

Necesitaba hablar de sí mismo, aunque con frecuencia no empleaba el yo, sino, con fingida modestia, el plural nosotros, que servía para complacer a quienes le seguían: Nosotros hemos hecho... Nosotros hemos pensado... Nosotros hemos conseguido...¹³

Qual o lugar que Walsh ocupa diante desses fatos e por que definir a partir deles, uma espécie de segunda década infame vivenciada na Argentina?

¹⁰ SPINELLI, María Stela. Los vencedores vencidos: el antiperonismo y la “revolución libertadora”. Buenos Aires: Biblos, 2005, p. 51.

¹¹ BERAZA, Luis Fernando. Nacionalistas: La trayectoria política de un grupo polémico. Buenos Aires: Cántaro, 2005, 445 p., p. 53.

¹² GOVERNO PROVISORIO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. Libro negro de la segunda tiranía. Buenos: [s.n.], 1958, 316, p. 21.

¹³ GOVERNO PROVISORIO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. Libro negro de la segunda tiranía. Buenos: [s.n.], 1958, 316, p. 21, p. 36.

O termo década infame foi cunhado pelo historiador José Luis Torres em referência ao período 1930-1943, cuja marca é a ascensão de sucessivos governos com baixo grau de legitimidade a partir da queda do radical Hipólito Yrigoyen em 1930.¹⁴ O termo tornou-se célebre e generalizou-se porque Torres insistiu no argumento de que tal período seria caracterizado por fraudes eleitorais, corrupção política e desmandos econômicos que resultariam, enfim, num período de crise e em mais um golpe de Estado no ano de 1943 que derrubou a Ramón Castillo. O sociólogo Oscar Terán formulou com exatidão os sentimentos políticos da década infame ao sublinhar que ela sintetiza a indignação e a denúncia diante das fraudes, da corrupção instalada nas esferas estatais, e da enorme desocupação laboral que se seguiu à crise econômica mundial: “En esa dirección, la crisis producida fue mucho más que económica, dado que afectó autoimágenes nacionales largamente difundidas”.¹⁵

Para Walsh, a década infame original estará marcada pela crise e desestruturação do ambiente familiar. No texto *El 37*, publicado em 1968 e compilado pela pesquisa de Daniel Link,¹⁶ o intelectual destaca que em 1932 seu pai abandonara o posto de *mayordomo* de uma estância em Rio Negro para arrendar uma chácara na localidade de Juárez, pensando, como razão da mudança, na possibilidade de oferecer uma melhor educação para os quatro filhos. Nos quatro próximos anos, a família estaria financeiramente arruinada e sitiada em um dos núcleos irradiadores da crise: a economia agrária. Walsh e seus irmãos começaram a ser dispersados destinando-se a vários lugares. O autor parou em Capilla del Señor, onde foi recolhido a um colégio irlandês para órfãos e pobres administrado por freiras. Dessa época destacar-se-iam os textos emblemáticos do autor surgidos na década de 1960, e reunidos na consagrada série *Os irlandeses*, experiência que se entende quase como um relato testemunhal, tangente de uma autobiografia, composta de crueldades cotidianas, intrigas, evasões e ritos de passagem.¹⁷

¹⁴ TORRES, José Luís. **La década infame**. Buenos Aires: Editorial Patria, 1945, 272 p.

¹⁵ TERÁN, Oscar. **Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, 421 p., p. 51.

¹⁶ LINK, Daniel. (Ed.). **Ese hombre y otros papeles personales**. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 16-24.

¹⁷ Os contos que formam a série “Os irlandeses” são os seguintes: “Irlandeses atrás de um gato”; “Os ofícios terrestres”; “Um sombrio dia de justiça”. Na edição brasileira, os três textos estão publicados em: WALSH, Rodolfo. **Essa mulher e outros contos**. Trad. Sérgio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2010, 253 p. Respectivamente nas p. 75-98; 147-161; 209-232.

Quanto às sucessivas crises que impulsionaram desmandos e violências na década de 1950, Cesar Tcach assinala que é difícil encontrar um período na história argentina em que se hajam aplicado tantas metáforas como o iniciado em 1955. Se para os protagonistas e para as gerações que os precederam a deposição de Perón foi uma “*revolución libertadora*” ou “*fusiladora*”, segundo o cristal com o qual se mirava, para os estudiosos que se dispuseram a compreendê-la, abriu-se um novo período histórico que foi descrito em termos de “*semidemocracia*”, pela proscrição do peronismo, “*parlamentarismo negro*”, pelo exercício da política fora dos canais institucionais, “*empate*”, porque cada um dos atores tinha capacidade para bloquear os projetos de seus adversários mas era incapaz de realizar os próprios; e ainda, “*jogo impossível*”, pela dificuldade de ganhar eleições sem o voto peronista e de conservar-se no governo sem o apoio do Exército que proscreeva o peronismo.¹⁸

Não obstante, recentemente, a imprensa argentina recorreu ao termo segunda década infame para qualificar o período presidencial de Carlos Menem (1989-1999); porém, estou empregando-o neste artigo para designar a segunda metade da década de 1950, que tanto coincide com a “*libertadora*” como à imersão de Rodolfo Walsh no escrutínio de dois grandes escândalos políticos motivados desde o vértice do poder, e constituem a matéria prima de *Operação massacre* e *Caso Satanowsky*.¹⁹ Enquanto o primeiro texto é uma investigação refinada sobre o fuzilamento ilegal, sem acusação formal e clandestino de trabalhadores supostamente envolvidos num complô cuja finalidade seria o contragolpe peronista no ano de 1956;²⁰ *Caso Satanowsky* reconstitui pormenorizadamente o assassinato do advogado Marcos Satanowsky a mando de membros do alto escalão da “*libertadora*”. Satanowsky estava profundamente empenhado em uma luta judicial contra o Estado argentino em torno da propriedade do

¹⁸ TCACH, Cesar. Golpes, proscripciones y partidos políticos. In: JAMES, Daniel. (Dir.). **Nueva Historia Argentina – Tomo 9. Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2014, 803 p., p. 20.

¹⁹ A sugestão para o termo “segunda década infame” deriva do próprio texto de Walsh. Em “Aramburu e o julgamento histórico”, apêndice publicado na quarta edição de *Operação massacre* em 1972, Walsh relata os dramáticos acontecimentos que levaram ao justicamento de Aramburu pelos Montoneros em 1970. Sequestrado e julgado pela Organização, Aramburu foi fuzilado sob acusação, dentre outros crimes, da matança de 27 argentinos sem julgamento prévio, nem causa justificada no dia 9 de junho de 1956. Mais adiante, Walsh afirma que “Seu governo conforma a segunda década infame...”. Cf. WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 194-196.

²⁰ A sublevação civil-militar foi liderada pelo general Juan José Valle na noite de 9 de junho de 1956. Valle foi fuzilado em 12 de junho.

jornal *La Razón*, defendendo os interesses de Ricardo Peralta Ramos, acionista majoritário da empresa jornalística. Para Walsh, na conjuntura um convicto antiperonista e cujas pretensões à época não se situavam no campo da política, a *Revolución libertadora* de 1955 passa a ser a grade de referência de uma mudança crucial que o levou a novas adesões, afastamentos e a uma autocrítica sobre sua escrita, manifestada, primordialmente, pelo abandono da narrativa de ficção policial.

A segunda década infame ainda reservaria para a sociedade argentina um dos eventos mais macabros de sua história: o sequestro, a violação e o desaparecimento por quase duas décadas do corpo embalsamado de Eva Perón. Narrativas memoráveis de Rodolfo Walsh, Jorge Luís Borges, Tomás Eloy Martínez, Juan Carlos Onetti, e também, do médico espanhol Pedro Ara, responsável pelo embalsamamento do corpo de Evita, dissecam os espectros de amor e ódio, a peregrinação interminável, as subjetividades alternadas entre desejo e desprezo despertados pelo fantasma que assombrava a todos.²¹

Em uma longa carta escrita ao amigo Donald Yates em 1957, Walsh compara o governo de Perón com a “ditadura democrática” de Aramburu,²² fornecendo as diretrizes para que se reafirme aqui o emprego da expressão segunda década infame. O fenômeno peronista, diz Walsh, não foi em geral corretamente interpretado nem na Argentina e menos ainda no estrangeiro. Difícil era compreender o peronismo como uma ditadura, e provavelmente, o mais bem acabado modelo político para qualificar o regime de Perón seria a demagogia:

Él es el espíritu itálico: fanfarronea, grita, amenaza, da a veces la impresión de un feroz dictador, pero no le gusta la sangre. (...) Perón es un político. Mejor: es un demagogo. Habilísimo. Tanto Perón como sus jercas carecen en general de escrúpulos. Se enriquecen con grandes negociados. En el aspecto político, Perón oprime a los partidos opositores, los molesta, los persigue sin necesidad, ahoga progresivamente la libertad de prensa. Su policía no llega en general al

²¹ Respectivamente: WALSH, Rodolfo. *Essa mulher*. In: _____. **Essa mulher e outros contos**. Trad. Sergio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 19-29. BORGES, Jorge Luís. *O Simulacro*. In: _____. **Obras Completas II**. São Paulo: Globo, 1999, p. 186. MARTÍNEZ, Tomás Eloy. **Santa Evita**. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 338 p. ONETTI, Juan Carlos. *Ela*. In: _____. **47 Contos de Juan Carlos Onetti**. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 413-416. ARA, Pedro. **El caso Eva Perón. Apuntes para la historia**. Madrid: CVS Ediciones, 1974, 318 p.

²² A carta está publicada em: LINK, Daniel. (Ed.). **Ese hombre y otros papeles personales**. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 31-41.

asesinato, pero utiliza libremente la tortura y los encarcelamientos arbitrarios.²³

Já Aramburu *et caterva*, em troca da plena liberdade a todos os partidos, proscreeu o peronismo, e penalizou com o cárcere a todo cidadão que publicamente elogiava o regime deposto, atitudes que só fizeram aumentar o número de peronistas. Assim, mais bem se compreende o que é o peronismo por comparação com o regime da libertadora:

Aramburu sí es un típico militar sudamericano. Cuando a Aramburu le hacen una revolución (junio del 56), él corta diez cabezas, veinte, ochenta, cien. Tres días después de sofocado el levantamiento, siguen las ejecuciones. Por primera vez en la historia argentina se fusila a un general. Si hubiera otra revolución y el gobierno triunfara, se repetirían los fusilamientos multiplicados por cien o por mil, o por lo que fuera necesario.²⁴

Pode-se afirmar que esse contexto representa um período axial para Rodolfo Walsh. Ele se configura na inflexão de sua escrita e de suas preocupações, com uma tomada de posição como intelectual militante no espaço da política. Mais detalhadamente, em que consistem as narrativas contidas em *Operação massacre* e *Caso Satanowsky* e como podemos relacioná-las ao contexto histórico que permite visualizar o papel de Walsh como aquele intelectual que mais se empenhou no deciframento dos aspectos criminais do poder político?

ACONTECIMENTO E POLÍTICA EM RODOLFO WALSH

No Prólogo de *Operação massacre*, Walsh destaca que a primeira notícia dos fuzilamentos clandestinos de doze homens em junho de 1956 chegou a ele de forma casual, num café de La Plata enquanto jogava xadrez. O impacto de uma prosaica novidade - porque a violência era regra nessa “década infame” - estava contido na informação que obteve: “Um fuzilado está vivo”.

Desde aí, Walsh foi levado pelo acontecimento e depois pela obsessão em esclarecer uma “história difusa, distante, eivada de improbabilidades”.²⁵ Ao encontrar

²³ LINK, Daniel. (Ed.). **Ese hombre y otros papeles personales**. 3. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 32-35.

²⁴ Ibid., p. 32-33.

²⁵ WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 15.

Juan Carlos Livraga, o fuzilado que vive; ou, digo eu, o morto que fala, Walsh relata suas perambulações por uma Buenos Aires que desacredita de sua história, transformada em papel amarrotado nos seus bolsos: a história não existe nos jornais. Por Livraga, Walsh descobre que há um segundo sobrevivente: Miguel Ángel Giunta. Giunta ouvira vagamente em algum momento e lugar: um terceiro fuzilado vive, chama-se Horacio di Chiano. Uma carta anônima é recebida na redação do jornalzinho que Walsh publica sua história: Gavino conseguiu fugir. Portanto, são quatro. Mais dois fuzilados reencarnam em si mesmos no exílio boliviano: Troxler e Benavídez. Portanto, são seis, diz Walsh.²⁶ Por fim, um informante e amigo de alguns fuzilados dispara a Walsh que havia um sargento de sobrenome bastante comum, e ninguém sabia qual o fim levou. Seu nome: Rogelio Díaz, o último sobrevivente.

No desvendamento do massacre, Walsh descobre duas esferas cronológicas impossíveis de se comunicarem. Entre a prisão dos supostos envolvidos no golpe e a decretação da lei marcial há uma defasagem de tempo que faz emergir o crime em seu estatuto de crime de Estado. É Juan Carlos Livraga, o primeiro a ser reconhecido como sobrevivente que proporciona o indício: enquanto ele está preso, naturalmente não comete nenhum crime. Esse dia (9 de junho de 1956) acaba – como todos – à meia-noite. No dia seguinte, relata Walsh, “não importa que tenham passado apenas 32 minutos, já é o dia seguinte, 10 de junho, é promulgada a lei marcial. Essa lei passa a vigorar no dia 10 de junho. Livraga, preso no dia anterior, não pode infringi-la”.²⁷

Na primeira edição de *Operação massacre* publicada em 1957, Walsh esclarece que escreveu o livro para que ele agisse, e não para que se incorporasse ao vasto número de elucubrações dos ideólogos. Portanto, justifica sua opção em, primeiro, publicar a história em capítulos nos jornais que o aceitaram: *Revolución Nacional* e *Mayoría*, ambos vinculados à direita nacionalista:

Assim, responde a timoratos e pobres de espírito que me perguntam por que eu – que me considero um homem de esquerda – colaboro como jornalista com indivíduos e publicações de direita. Respondo: porque eles ousam, e nesse momento não reconheço nem aceito hierarquia mais alta que a da coragem civil. Ou pretenderão que silencie estas coisas por ridículos preconceitos partidários? Enquanto

²⁶ WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 19-20.

²⁷ Ibid., p. 187-188.

os ideólogos devaneiam, gente mais prática tortura e mata. E isso é concreto, isso é urgente, isso é do aqui e agora.²⁸

Walsh oportuniza um quadro histórico do sistema político argentino (militares, funcionários civis, sistema judiciário e polícia), implicado na construção dos aspectos mais sombrios que conformam o poder. A mentira, o blefe e a tortura como regras do cotidiano político surgem como a culminação de um sistema em que a cidadania e a justiça foram desqualificadas. Isto porque, fosse qualquer governo, qualquer autoridade, qualquer instituição ou coisa respeitável, Walsh pleiteava que se reconhecesse aos que se salvaram, que houve um erro; e aos que morreram, se reconhecesse o engano, a estupidez, a cegueira. Historicamente, as origens desse sistema, Walsh busca no retrato de uma oligarquia dominante, que, ao fechar os olhos e ser cúmplice de torturas e assassinatos, compõe os “episódios característicos, inevitáveis e não anedóticos da luta de classes da Argentina”.²⁹ Essa sombria constatação histórica pareceu reeditada quando, no contexto de colapso da ditadura militar em 1982, Guillermo O’Donnell afirmava que o regime implantado em 1976 havia “exagerado tendências profundamente inscritas na sociedade argentina”, fazendo acreditar a todos que o “monstro” não havia surgido do nada, e, sim, de uma Argentina que “embriagou-se com o mito da violência politicamente eficaz e, em última instância, purificador”.³⁰

Como destaca Eduardo Jozami, os grandes relatos da Argentina contemporânea, sobretudo, aqueles que se referem à negação da democracia e a violação dos direitos humanos, ou a luta popular contra as proscricções e a exclusão, não podem ser contados sem passarmos pelo texto de Walsh.³¹ *Operação massacre* se realiza não como um manifesto partidário ou ideológico, mas como uma proclamação que subscreve a exigência de uma ética política. Converte-se em denúncia do mundo subterrâneo da política na qual a Argentina mergulhava. A conivência do aparelho judicial com os fuziladores, a omissão dos meios de comunicação de referência

²⁸ WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 206.

²⁹ Estas afirmações de Walsh estão contidas no epílogo da terceira edição de *Operação massacre*, de 1969, e publicadas na edição brasileira de 2010, p. 244. Portanto, se constitui no contexto em que Walsh já tem clara e consolidada uma mudança de rumos de perspectiva política. Ou seja, de antiperonista na década de 1950, encontrar-se-á comprometido na militância da esquerda peronista e vinculado às demandas da CGTA.

³⁰ O’DONNELL, Guillermo. A Argentina antes e um pouco depois das Malvinas. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, v. 1, n. 4, p. 9-14, nov. 1982. A citação encontra-se nas p. 9-10.

³¹ JOZAMI, Eduardo. **Rodolfo Walsh, la palabra y la acción**. Buenos Aires: Edhasa, 2013, p. 76.

aderentes à “libertadora”, o silêncio sobre o paradeiro dos grupos negligenciados são os eixos para alicerçar o relato de Walsh como um resgate crítico da história e da política. Afinal, dentre os doze trabalhadores levados ao fuzilamento clandestino, apenas dois (Troxler e Benavídez) tinham ligações mais próximas com a militância peronista. Todos eles, encontravam-se na casa de Horacio di Chiano para ouvir a transmissão radiofônica de uma luta de boxe desde Luna Park. A entrada em cena dos fuzilados é fortuita: inimigos da “libertadora” sem o saberem; resistentes eufemísticos e que só têm como resposta a audição de uma luta.

A narrativa de *Caso Satanowsky* consolida o horizonte em que Walsh fundamenta sua concepção sobre o poder e sua história. Portanto, em certa medida, *Operação* e *Caso* são relatos que se equivalem porque desafiam Walsh a desconstruir uma teia complexa de relações promíscuas que as autoridades do governo argentino firmavam com criminosos a soldo oficial. A diferença está em que para o assassinato do advogado – típico representante das oligarquias portenhas e antiperonistas – são agenciados indivíduos sem vínculos legais e profissionais com o poder estatal.

O “caso” tem como ponto de partida a formação de uma rede de comunicação encetada pelo peronismo para propaganda oficial, e a aquisição por setores do governo do diário *La Razón* – pertencente a Ricardo Peralta Ramos – que, todavia, com o advento da “libertadora” reclamou a restituição do jornal alegando que a transação não era uma venda, e sim uma cessão de direito de uso, e que as ações ainda estavam sob seu controle. Para defender sua causa, contratou Marcos Satanowsky, o qual, para Walsh, logrou um “milagre” quase inacessível para um humilde imigrante judeu nascido em Kiev. Segundo a descrição de Walsh, Satanowsky havia se convertido em:

(...) miembro admitido de la oligarquía argentina. En los intereses defendidos por Satanowsky hay dos vertientes: lo más próspero de la colectividad judía y lo más rancio de la oligarquía criolla. En su estudio de la calle San Martín, que atienden diez abogados, se cruzan los Martínez de Hoz, los Acevedo, los Lezica, con los gerentes del Banco Israelita; la marquesa de Salamanca, los Madero y los Alvear con los accionistas del Banco Comercial en quiebra. Ha defendido a la West Electric y la AEG en un pleito de resonancia mundial sobre las patentes del cine sonoro. (...) Su posición social condiciona sus opciones políticas. Satanowsky tenía que ser antiperonista y lo fue con decisión.³²

³² WALSH, Rodolfo. *Caso Satanowsky*. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 27-28.

Satanowsky possuía comprovações que atestavam a pertença de *La Razón* por Peralta Ramos e lutava na justiça pela devolução do jornal ao seu suposto verdadeiro proprietário. A “libertadora” passou a ter interesses inamovíveis para manter o diário sob controle do governo, e a 13 de junho de 1957, homens contratados por Juan Constantino Cuaranta, diretor da SIDE – Secretaría de Inteligencia del Estado, acaram Satanowsky em seu escritório em busca de documentos, e diante de sua negativa, o assassinaram com um disparo. Como em *Operação massacre*, novamente Walsh foi instado pelos irmãos Jacovella do periódico *Mayoría* para que desse início a uma investigação.

O “caso” irá ser reconstruído a partir de duas séries de dezesseis e doze notas respectivamente, publicadas entre 2 de junho e 25 de dezembro de 1958, quando Walsh consegue chegar ao nome dos implicados no crime: Marcelino Castor Lorenzo, o pistoleiro colombiano Laverde Pinilla, Rodolfo Ladislao Palacios e José Américo Pérez Griz. Dentre as conclusões de Walsh, está pelo menos uma série de quatro elementos constitutivos e argumentados que desencobrem a face criminal do poder: 1) foi um crime oficial em razão do evidente sentido de impunidade com que atuaram os executores materiais, a plena luz do dia, em presença de vinte testemunhas; 2) houve passividade judicial porque a justiça negou-se a publicar oportunamente as reconstruções fisionômicas dos assassinos sob a alegação de segredo; 3) houve encobrimento policial demonstrado na incapacidade de estabelecer a procedência de vinte a trinta rastros adicionais (panfletos, cartas anônimas, etc.) que depois do crime foram localizados; 4) deve ser esclarecida a possível intervenção no fato do general Cuaranta porque Walsh comprovou uma clara conexão entre o militar e três dos assassinos.³³

Outra questão de relevância permeia o “caso”: Leonardo Candiano em artigo escrito para uma edição especial da revista *Sudestada* dedicada a Walsh, indaga por que o intelectual argentino decidiu publicar o texto em forma de livro somente em 1973? Possivelmente as razões são de natureza histórica e explicitadas por Walsh na Introdução de *Caso Satanowsky*:

Si rescato el tema en 1973, no es para contribuir al congelamiento histórico de la Revolución Libertadora. Hay en juego un interés público actual. Los mecanismos que la Libertadora estableció en los campos afines del periodismo y los Servicios de Informaciones –

³³ WALSH, Rodolfo. *Caso Satanowsky*. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 241-246.

temas del libro – siguen vigentes después del triunfo popular del 11 de marzo, y no es una política conciliadora la que ha de desmontarlos.³⁴

Esta menção de Walsh diz respeito, sobretudo, à permanência histórica de práticas ilegais, políticas fraudulentas e de violência estatal, conjugando a série de condições que levam a definir a época como uma segunda década infame. Igualmente, Walsh aponta para a necessidade de os próprios argentinos restabelecerem um regime de justiça cujo parâmetro não é o assassinato fortuito e pontual de um membro das elites dominantes, mas o seu inverso: despertar uma consciência política em que a convicção sobre as ideias de verdade não seriam meras abstrações. Seu erro? Acreditar, como faz Eduardo Jozami, que a brutalidade do Estado estaria reservada apenas para os questionadores da ordem social, e não golpearia aqueles que litigavam por interesses privados. Assim, Jozami lembra que a ditadura de 1976 não limitou-se a dirigir sua repressão aos militantes populares, mas incluiu crimes motivados pelo afã de resolver contradições do poder ou o interesse de assegurar algum negócio.³⁵

Uma área de fuga propositiva aos argumentos de Jozami pode residir na crença a um só tempo obsessiva e oscilante que Walsh demonstrava quanto à capacidade de mudança estar sempre sob a responsabilidade de os próprios sujeitos oprimidos; e pelas suas mãos e inteligências, desmontarem as ações das tiranias e dominações. Na entrevista concedida a Ricardo Piglia em 1973, Walsh parecia nutrir a expectativa de que um dos seus contos da série “Os Irlandeses” pudesse, de fato, *agir*. Mas como? Em “Um sombrio dia de justiça”, passado num orfanato irlandês, os internos são frequentemente alvos da ação cruel, e das humilhações com refinamentos sádicos do bedel Gielty. Um dos garotos internos, Collins, o mais frágil, frequentemente exposto às perversidades de Gielty consegue manter contato com seu tio Malcolm, arquétipo do herói desejado, pugilista amador, e cuja nobreza de princípios espera restituir um mínimo de “ordem” e justiça contra as ações de Gielty. Malcolm, depois de uma longa espera, finalmente surge para vingar os internos, porém, fracassa rotundamente ao ser derrotado de forma humilhante em uma luta com o bedel. Os internos, e este é o efeito pretendido por Walsh, na sua desilusão e desesperança, encarnariam, em alguma medida, o povo argentino. Diz Walsh: “se começa a falar do *povo* e de suas expectativas

³⁴ WALSH, Rodolfo. **Caso Satanowsky**. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 17. Citado também por: CANDIANO, Leonardo. **Caso Satanowsky: Los servicios del Estado y el periodismo vendido**. **Sudestada**, Buenos Aires, n. 10, p. 38-41, 2012.

³⁵ JOZAMI, Eduardo. **Rodolfo Walsh, la palabra y la acción**. Buenos Aires: Edhasa, 2013, p. 97.

de salvação representadas por um herói, que é um herói externo”. Mas este herói vindo de fora não resolve qualquer anseio da coletividade que o visualiza, talvez ingenuamente, como a redenção contra a injustiça e a violência cometidas:

Ou seja, o grupo não deposita suas expectativas em si mesmo, mas num elemento que é externo, por mais admirável que seja. (...) Acho que essa é a lição que eles aprendem nesse dia; não é um sujeito vindo de fora – sem nenhuma conotação pejorativa sobre o sujeito que vem de fora, que luta, que se arrisca e é um herói; ele não deixa de ser um herói só porque o outro o enche de porrada -, mas o que eles aprendem é que, numa segunda instância, se eles quiserem dar o troco, têm que se acertar entre si, e eles próprios, todos juntos, encher o bedel de porrada. Essa é a lição.³⁶

Uma ação correlata e implícita também é reivindicada nos dois textos de Walsh aqui contextualizados, mas seu caráter é real. Mais do que narrativas testemunhais com tonalidades de conto policial ou rememorativas, e como lugares que encerram a dinâmica criminal das instituições, elas fornecem subsídios para apreendermos como determinação histórica, outra dinâmica que iria instaurar-se na cultura política argentina desde então. E isto é evidenciado, mesmo a despeito de ser o “golpe de Estado” uma fórmula clássica e efetiva de usurpação do poder desde 1930. O que pretendo com esse argumento é reiterar não a excepcionalidade ou incorrer no equívoco de um condicionalismo que parece submeter determinada cultura às mazelas políticas em razão de seu “caráter nacional”. Pretendo reivindicar, ao contrário, um modo de operação de violência estatal que acelerou num dado momento histórico em muitos países da América Latina o esvaziamento da política como âmbito no qual o conflito e o dissenso escaparam a uma dupla dimensão – a institucional e a moral – encontrando como única alternativa menos o debate público e as lutas políticas, mas, de fato, o seu apagamento em face do terror de Estado.

Em 1958, ao ver publicado *Operação* e ter concluído as investigações do *Caso*, o autor definiria a Argentina como um país “enfermo de medo”, pois que assuntos dessa natureza, que acabavam expondo tal faceta do poder deviam ser ventilados “a los cuatro vientos. Hasta que no hay posibilidad de averiguar más. Sólo entonces es lícito y honorable el fracasso”.³⁷ O fracasso é reconhecido por Walsh no texto Epílogo da segunda edição de *Operação* publicada em 1964. Quando escreveu a história Walsh

³⁶ Entrevista de Rodolfo Walsh a Ricardo Piglia. In: WALSH, Rodolfo. **Essa mulher e outros contos**. Trad. Sergio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 234-235.

³⁷ WALSH, Rodolfo. **Caso Satanowsky**. 8. Ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2012, p. 227.

mantinha a consciência de que a busca pela verdade implicava em correr todos os riscos, perscrutar todos os testemunhos, por mais escondidos e dolorosos: “Amparado por semelhante ocorrência, investiguei e escrevi em seguida outra história oculta, a do caso Satanowsky. Foi mais ruidosa, mas o resultado foi o mesmo: os mortos, bem mortos; e os assassinos, comprovados mas à solta”.³⁸

A ilusão da justiça e da reparação ressurgiu quando Walsh se engajou na CGTA e, mais tarde, nos chamados “anos Montoneros”, assumiu definitivamente o papel de intelectual guerrilheiro, cuja culminância foi o seu assassinato. Na ficção, esse repensar ou reviravolta provavelmente estariam dados por “Um sombrio dia de justiça”, portanto, após a conversão política, mas como um movimento em que arte e políticas se realizam mutuamente, e devem ser restituídas em toda a sua periculosidade, como um agir constante sobre a vida. É ilustrativo dessa questão, que em 1973, Walsh declarava, para quem o quisesse ouvir: “é impossível hoje, na Argentina, fazer literatura desligada da política ou fazer arte desligada da política. Quer dizer, só por isso já não será arte, nem política”.³⁹

Ler e reler histórias, escrevê-las e reescrevê-las. Fraseados que o incomodam e o mantêm em vigília; eventos que se justapõem e que Walsh arquiva na memória para futuras narrativas que jamais se realizarão no presente próximo. Nos primeiros anos da década de 1970, o enfado de Walsh o leva a pensar que no “agora” (mas qual agora?) poderia escrever melhor.⁴⁰

Nessa direção, Walsh declarou certa vez que necessitava de uma cota generosa de tempo para seguir escrevendo; direito que lhe foi sequestrado tal como seu corpo inerte num obscuro dia de março de 1977. De todos os ofícios terrestres, o “violento ofício” de escrever não era para ele uma determinação mística, mas um avanço laborioso, dizia Walsh, através da própria estupidez; como um abrir-se para qualquer aventura; um sempre recomeçar.

RECEBIDO EM: 16/04/2015

PARECER EM: 17/12/2015

³⁸ WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 243.

³⁹ Entrevista de Rodolfo Walsh a Ricardo Piglia. In: WALSH, Rodolfo. **Essa mulher e outros contos**. Trad. Sergio Molina e Rubia Prates Goldoni. São Paulo: 34, 2010, p. 241.

⁴⁰ WALSH, Rodolfo. **Operação massacre**. Tradução de Hugo Mader. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 243.